



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
Avenida Anchieta, nº 200 - Bairro Centro - CEP 13015-904 - Campinas - SP - www.campinas.sp.gov.br
Paço Municipal

PMC/PMC-SMGC-GAB/PMC-SMGC-CMJRAI

RELATÓRIO

Campinas, 24 de julho de 2025.

COMISSÃO MISTA DE JULGAMENTO DE RECURSOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO - CMJRAI

Protocolo e-SIC 392/2025

Solicitação de Acesso à Informação

Prezados membros da **CMJRAI**,

Vieram os autos com recurso interposto por **SOLICITANTE** (ora **RECORRENTE**) acerca do seu pedido de informação veiculado no protocolo e-SIC epigrafado.

Com base no **art. 10 do Decreto Municipal nº 22.170/2022**, que regulamenta os pedidos de Acesso à Informação no âmbito da Administração Pública Municipal, nos termos da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), que, por sua vez, regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, o **RECORRENTE solicitou inicialmente:**

DADOS DA SOLICITAÇÃO			
Número Protocolo 392/2025	Tipo Solicitação Inicial	Situação Solicitação Respondida	Forma Retorno E-mail
Data da Solicitação 22/05/2025	Previsão Retorno	Solicitação Recebida em 07/07/2025 por Melissa Carvalho Clever Nascimento	Prorrogação Prorrogado em: 23/06/2025 por Valéria Cristina Martins dos Santos Motivo: Necessidade de avaliação e ou complementação de resposta

Solicitação

À Prefeitura Municipal de Campinas Secretaria Municipal de Saúde A/C: Ouvidoria do SUS – Campinas Assunto: Solicitação de **Relatório de Vagas Disponíveis e Ocupadas – UBS Pe. Anchieta (Janeiro a Maio de 2025)** Prezados(as). Com base na Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI), venho, por meio deste, solicitar o relatório mensal de vagas disponíveis para agendamento de **consultas e procedimentos na UBS Padre Anchieta, no período de janeiro a maio de 2025, bem como o número de vagas efetivamente ocupadas em cada mês.** Peço que os dados sejam apresentados de forma separada por tipo de serviço, sempre que possível, incluindo: ☐ Consultas médicas (clínico geral, pediatria, ginecologia, etc.); ☐ Enfermagem (curativos, aferições, orientações, etc.); ☐ Odontologia; ☐ Vacinação (se agendada); ☐ Coletas de exames laboratoriais; ☐ Grupos de acompanhamento (pré-natal, hipertensos, diabéticos, etc.) Solicito que os dados sejam fornecidos em formato digital acessível (preferencialmente planilha Excel ou CSV), com colunas para: ☐ Mês; ☐ Tipo de serviço; ☐ Número total de vagas disponíveis; ☐ Número total de vagas ocupadas. Essa solicitação tem por objetivo avaliar a taxa de ocupação da UBS, sua capacidade de atendimento e eventual subutilização ou sobrecarga dos serviços. Agradeço antecipadamente pela atenção e me coloco à disposição para eventuais esclarecimentos. Atenciosamente, Adriano Novo

A **Secretaria Municipal de Saúde (SMS)** ofereceu a seguinte resposta:

Ao Gabinete da Secretaria de Saúde

Em atenção ao pedido de acesso a informação no âmbito da administração Pública, regulamentada pelo decreto municipal 22.170 de 08 de junho de 2022 tenho a informar, em consonância com Art. 4º do decreto municipal, o município de Campinas possui no Portal de Transparência acessado no endereço eletrônico <https://campinas.sp.gov.br/secretaria/gestao-e-controle/pagina/portal-da-transparencia>

Neste portal, o cidadão tem acesso às informações referentes a contas públicas, convênios, emendas parlamentares, gestão de pessoas, fundos municipais, licitações e contratos, planejamento e prestação de contas, informações de saúde dos serviços e acesso a medicações.

Em relação a composição das equipes de saúde e profissionais vinculados aos serviços de saúde é possível consultar o site do CNES acessando cnes.datasus.gov.br

Procedimentos de acesso a saúde estão disponíveis no portal de transparência e através do canal de comunicação 160.

Indicadores de saúde e prestação de contas específicas do fundo municipal de saúde estão disponíveis nos relatórios de RDQA e RAG disponíveis no portal de transparência, aba saúde e fundos municipais

Informações sobre convênios e contratos estão disponíveis no portal da transparência.

Em relação às demais informações solicitadas, indefiro a solicitação considerando a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) e o inciso III do Art. 5º do decreto municipal por envolver trabalhos adicionais de análise, interpretação ou serviço de produção ou tratamento de dados.

Insatisfeito, o **RECORRENTE** apresentou **recurso em 1ª instância** nos seguintes termos:

" Prezados(as),

A página informada na resposta à solicitação não está disponível. Conforme demonstram as telas anexas, ao digitar o endereço indicado, o portal exibe a seguinte mensagem:

"Não encontramos a página que você tentou acessar.

Faça uma pesquisa no Portal da Prefeitura para localizar o conteúdo!

Utilize o campo acima para pesquisar serviços, páginas, sites e notícias disponíveis no Portal."

Além disso, com o suporte da Secretaria de Controle, acessei o Portal da Transparência, mas verifiquei que este também não disponibiliza as informações requeridas por meio do E-SIC em questão.

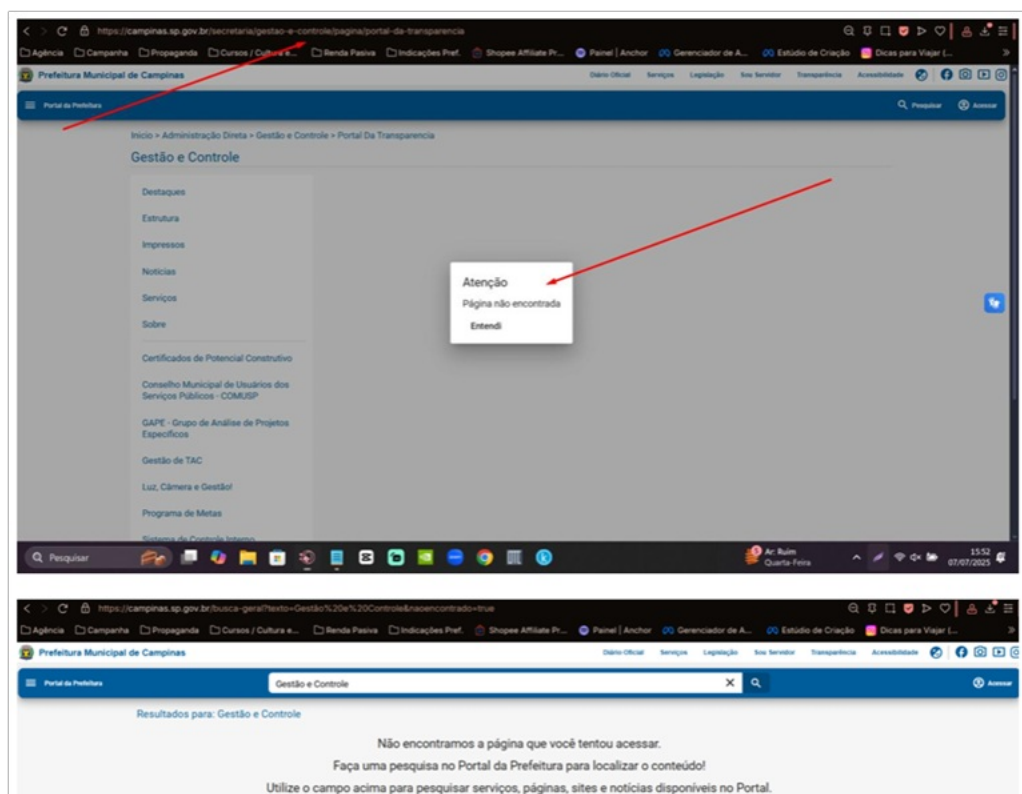
Ressalto que os dados solicitados não se enquadram como dados pessoais sensíveis, conforme definição do art. 5º, inciso III, da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 - LGPD), tampouco identificam ou expõem informações pessoais de terceiros.

A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011 - LAI), em seu art. 3º, estabelece como princípio fundamental a publicidade como regra geral e o sigilo como exceção. Ademais, o art. 7º da mesma lei assegura ao cidadão o pleno acesso à informação de interesse público.

Portanto, a negativa de acesso a dados públicos e não sensíveis pode configurar violação aos princípios constitucionais da publicidade e transparência, previstos no art. 37 da Constituição Federal. Além disso, tal conduta pode, em tese, caracterizar ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 11 da Lei nº 8.429/1992, por atentar contra os deveres de honestidade, imparcialidade e legalidade na administração pública.

Diante do exposto, requeiro a imediata revisão da negativa e o consequente deferimento do acesso integral às informações solicitadas, sob pena de adoção das medidas legais cabíveis, incluindo a comunicação ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas, para apuração de eventual conduta irregular ou omissiva por parte do órgão responsável.

Ao recurso, o **RECORRENTE** anexou a tela de erro do Portal da Transparência Municipal:



O recurso, encaminhado à **SMS**, obteve a decisão, cujos trechos transcrevemos:

(...)

A fim de evitar enganos na interpretação de dados, pelo compromisso com a fidedignidade de informações prestadas, considerando o objetivo manifestado pelo que o solicitante informo que não utiliza-se o indicador taxa de ocupação em serviços de atenção primária devido ao seu modelo assistencial. Este indicador é utilizado em sistemas hospitalares visando a avaliação de utilização de leitos de maneira geral, assim como ocupação de áreas de procedimentos tais como centros cirúrgicos. O indicador mais adequado para a avaliação manifesta nesta LAI seria a avaliação da capacidade potencial instalada e é calculado considerando a carga horaria dos profissionais, suas atividades assistenciais diretas (individuais e coletivas) e suas atividades administrativas e o modelo assistencial desenvolvido. Assim como a produção final desta unidade.

Caso o requerente entenda que este é um caminho que podemos seguir, solicito que informe de quais profissionais universitários deseja esta informação (este processo não pode ser realizado em categoria profissional de ensino médio pois para estes trabalhamos com escalas de postos de trabalho de livre demanda em sua maioria). A produção da unidade também pode ser informada (caso deseje o solicitante), tanto dos profissionais de ensino médio como de profissionais de ensino superior, globalmente por categoria. Expressões como TODOS ou etc.... na solicitação dificultam nosso entendimento e execução adequada da solicitação.

(...)

Irresignado, o **RECORRENTE** ingressa em **2ª e última instância**, fundamentando-se nas seguintes linhas:

Eu, Adriano Vieira Novo, inscrito no CPF nº 325.619.578-45, venho, respeitosamente, interpor **recurso administrativo**, com fundamento no artigo 15 da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), em virtude da **ausência de resposta no prazo legal** ao meu pedido de informações protocolado sob o número 392/2025, devidamente recebido em 23/05/2025.

O pedido realizado foi **objetivo e específico**, requerendo informações quantitativas sobre vagas disponíveis e ocupadas na **UBS Padre Anchieta**, detalhado por tipo de serviço, no período de janeiro a maio de 2025. A informação solicitada é de evidente interesse público, pois se trata de avaliação da taxa de ocupação da unidade de saúde, da sua capacidade de atendimento e de eventual subutilização ou sobrecarga dos serviços prestados.

Ressalto que o prazo legal para resposta, previsto no art. 11 da LAI, é de até 20 dias corridos, prorrogáveis uma única vez por 10 dias mediante justificativa expressa, o que não ocorreu neste caso.

Diante disso, **requeiro o imediato fornecimento das informações solicitadas**, preferencialmente em formato digital (planilha Excel ou CSV), conforme detalhamento já apresentado, e, caso exista alguma impossibilidade parcial de atendimento, que seja cumprido o disposto no §2º do art. 11 da LAI, com a disponibilização dos dados existentes e a devida justificativa para eventuais lacunas.

Por fim, **solicito que seja apurado o descumprimento do prazo legal para resposta e, caso se confirme a omissão, sejam adotadas as medidas administrativas cabíveis previstas no art. 32 da LAI.**

É o Relatório do necessário.

Compete a esta CMJRAI, composta pelos membros nomeados pela **Portaria 104.485/2025**, **julgar os recursos interpostos, em última instância**, no âmbito da Administração Pública Municipal, nos termos do art. 31, *caput*, do Decreto nº 22.170/2022.

O presente **RECURSO NÃO COMPORTA ACOLHIMENTO**.

Sobre a questão do descumprimento do prazo, convém destacar que, através do pedido veiculado no **e-SIC 542/2025** verifica-se que houve problemas de acesso ao Portal da Transparência, a conferir:

Solicitação
Prezados(as),
Venho, por meio desta, **reiterar a solicitação de acesso à informação referente aos pedidos cadastrados sob os números 390, 392, 393, 397, 401, 402, 404 e 405, considerando que não estou conseguindo interpor recurso de primeira instância, uma vez que o sistema do E-SIC da Prefeitura de Campinas apresenta falhas técnicas desde o dia 07/07/2025 impossibilitando o envio adequado dos recursos. O erro persiste mesmo após tentativas em diversos navegadores (Chrome, Edge, Opera).**
Adicionalmente, informo que a página indicada nas respostas às referidas solicitações não está disponível. Conforme demonstram as telas anexas, ao acessar o endereço fornecido, o portal da Prefeitura exibe a seguinte mensagem:
"Não encontramos a página que você tentou acessar."
Faça uma pesquisa no Portal da Prefeitura para localizar o conteúdo!
Utilize o campo acima para pesquisar serviços, páginas, sites e notícias disponíveis no Portal."
Com o suporte da própria Secretaria de Controle, também acessei diretamente o Portal da Transparência, mas constatei que as informações solicitadas não estão disponíveis nos termos requeridos por meio do E-SIC.

Essa dificuldade de acesso ocorreu em razão da implantação do Novo Portal da Transparência Municipal, de modo que o antigo link do Portal não se encontra mais operacional. Desse modo, o e-SIC Central permitiu que os recursos pudessem ser dirigidos via e-mail, o que ocorreu no presente caso, cujo **e-mail** encontra-se **datado de 21/07/2025** e, portanto, dentro do prazo legal de resposta da CMJRAI.

No mérito, a **SMS** justifica que a solicitação inicial (**vagas disponíveis e ocupadas – UBS Pe. Anchieta**) refere-se a **“taxa de ocupação”**, **indicador não utilizado em serviços de atenção primária, mas sim em sistemas hospitalares** para avaliação de utilização de leitos e ocupação de áreas de procedimentos, como centros cirúrgicos. A SMS acrescenta que **o indicador mais**

adequado seria a avaliação da capacidade potencial instalada, calculada em vista da carga horária dos profissionais, de suas atividades administrativas e do modelo assistencial.

Nessa linha, a **SMS orienta que o REQUERENTE informe de quais profissionais universitários deseja a informação**, eis que os profissionais de ensino médio trabalham com escalas de postos de trabalho; e que, para a **produção da unidade, por sua vez, pode ser informada tanto dos profissionais de ensino médio como de ensino superior**, salientando que expressões como “todos” ou “etc” dificultam a execução adequada da solicitação.

Segundo o **Decreto Municipal nº 22.170/2022**, que dispõe sobre a regulamentação dos pedidos de Acesso à Informação no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, disponível em <https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/138963>, especialmente seu art. 5º, inciso III, não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

Art. 5º Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

I - genéricos;

II - desproporcionais ou desarrazoados;

III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade;

IV - que contenham pedido de acesso à informação envolvendo mais de 1 (uma) secretaria ou entidade;

V - que configure solicitação de cópia integral ou parcial de documento ou processo administrativo, que possa ser atendida por solicitação de certidão de inteiro ou parcial teor, nos termos do [Decreto Municipal nº 21.799](#), de 25 de novembro de 2021.

§ 1º Na hipótese do inciso III do caput deste artigo, o órgão ou entidade deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação, obtenção ou tratamento de dados.

O dispositivo guarda semelhança com o **art. 13, inciso III, do Decreto Federal nº 7.724/2012**, que regulamenta a LAI em âmbito federal, a saber:

Art. 13. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

I - genéricos;

II - desproporcionais ou desarrazoados; ou

III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade.

(...)

Sobre essa hipóteses legais, colacionamos o **Manual da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – Módulo 2 – Negativas de acesso à informação** – Brasília 2017, pp. 10/11:

2.4 Pedidos que exigem trabalhos adicionais



Figura 4: Pedidos que exigem trabalhos adicionais

Fonte: Elaboração Enap

A primeira vista, os pedidos que exigem trabalhos adicionais podem se confundir com os pedidos desproporcionais. De fato, os objetivos são semelhantes, uma vez que se relacionam à manutenção da objetividade dos pedidos e ao resguardo do interesse público durante as atividades de resposta dos órgãos. Ainda assim, é possível apresentar, em linhas gerais, a diferença entre desproporcionalidade e necessidade de trabalhos adicionais.

A desproporcionalidade, como vimos, é avaliada em termos do possível ônus excessivo que o atendimento de pedido poderá gerar nas funções rotineiras do órgão ou da entidade pública. Nessa hipótese, é razoável que se analise não somente o volume de informações solicitadas como também a quantidade estimada de horas de trabalho e de servidores que seriam destacados para concretizar o atendimento do pedido, como a localização, a triagem e eventual tarja dos documentos.

Por meio da avaliação da desproporcionalidade, busca-se evitar que a resposta a uma solicitação prejudique as atribuições da instituição, podendo causar atrasos no cumprimento de outras atividades essenciais da instituição pública, cercear direitos fundamentais de outros cidadãos ou até inviabilizar o serviço de acesso à informação.

Por sua vez, em relação ao não atendimento do pedido diante da necessidade de trabalhos adicionais, duas hipóteses são previstas no art. 13, III, do Decreto nº 7.724/2012:

- b) serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade.

A primeira hipótese está relacionada com a situação em que o órgão ou a entidade pública possui as informações solicitadas, mas elas não estão dispostas nos moldes pretendidos pelo cidadão. Diversos aspectos podem configurar a divergência entre a pretensão do solicitante e a forma como a instituição dispõe da informação. Um exemplo dessa situação é o caso em que o cidadão demanda a organização dos dados em modelo, software ou indicadores não existentes no órgão ou entidade pública.

No segundo caso, pode-se indicar a hipótese em que a resposta ao pedido demande atividades (como a coleta, o agrupamento e a análise de documentos) que não estejam dentre as competências da instituição.

Nas duas hipóteses, o órgão ou a entidade pública deve indicar o local onde se encontram as informações demandadas, de maneira que o cidadão possa, ele próprio, realizar o trabalho de análise, interpretação e consolidação dos dados. Entretanto, caso o órgão recorrido tenha conhecimento de que, dentre as informações sobre as quais o cidadão fará sua pesquisa, existam informações de caráter sigiloso ou protegidas por salvaguardas legais, o cidadão não poderá ter acesso direto a tais informações, podendo pesquisá-las somente após trabalho de análise e triagem que oculte as partes sigilosas.

Assim, diante da justificativa da SMS de que as informações solicitadas requerem indicadores inexistentes no órgão, compreende-se que envolvem trabalhos adicionais de análise, interpretação e consolidação de dados. Por esse motivo, **o Município está desobrigado de produzir a informação, de que não dispõe nos moldes requisitados** pelo cidadão.

Nesse norte, **VOTO PELO INDEFERIMENTO DO RECURSO**, nada obstando a que o interessado, querendo, possa formular novo pedido mais específico, considerando os indicadores sugeridos pela SMS.

Esse o voto, que submeto aos demais membros da Comissão Mista de Julgamento de Recursos de Acesso à Informação para votação, observado o art. 17 do Regimento Interno da **CMJRAI** (Resolução nº 01, de 17 de novembro de 2022). ^[i]

FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE

Procuradora Municipal -OAB/SP: 134.974

Membro e Relatora da CMJRAI

^[i] (“Art. 17. Dentro do prazo, os membros titulares deverão analisar o voto da Relatoria, votar e, em caso de discordância com o voto do relator, fundamentar seu voto contrário e encaminhar ao presidente da comissão.”)



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE - OAB 134.974**, **Relator(a) da CMJRAI**, em 24/07/2025, às 15:53, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **15577657** e o código CRC **7EBC960C**.